RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA NO INSS

SOBRE IMA/GDASS, REPOSIÇÃO DA GREVE E OUTROS ASSUNTOS

Data: quarta-feira, 4 de maio de 2016
Local: sala de reuniões da presidência, edifício-sede do INSS, Brasília/DF

Presentes:
INSS
Elisete Berchiol, presidente; Cinara Fredo, Dirben; Mário Sória, Dirat; Marcelo Soares, Dirofl; José Nunes, DGP; Sérgio Hall, Coordenador de Assuntos Estratégicos; Silvio Seixas, Corregedor-Geral, Heloisa Henchel, chefe de gabinete; Cícero Sampaio, CGPGE e Fátima Rampin, gabinete da presidência.

FENASPS
Moacir Lopes (PR), José Campos (RS), Rita Assis (SP), Fátima Regina (SC), Luciano Veras (SC), Lídia de Jesus (BA), Francisco Almeida (CE), Thaize Antunes (SP) e Eduardo Franco (SP)

Na audiência realizada nesta quarta-feira, 4 de maio, foram discutidas com a Direção Geral do INSS questões relativas a pendências do acordo de greve, GDASS, reposição dos serviços da greve, insalubridade, condições de trabalho nas APS e negociação sobre a paralisação do dia 14 de abril/16.

Na abertura da reunião, a Direção do INSS informou que todas as gerências do INSS conseguiram alcançar as metas em todo o Brasil, com média de 37 dias.

A FENASPS propôs prorrogar para 2017 o próximo ciclo de avaliação do IMA/GDASS e antecipar para primeira quinzena de maio a instalação dos Grupos de Trabalho (GTs) para discutir a alteração nos indicadores do IMA/GDASS e também do REAT. Sobre o Turno Estendido, propusemos fazer alterações nos requisitos para permitir que todas as APS possam cumprir a jornada de 30 horas, já deixando asseguradas algumas condições de melhoria, uma vez que o próprio ministério já assinou a Nota Técnica concordando com esta extensão.

A presidente foi taxativa em dizer que, independentemente da situação política do País, não teria a mínima condição de fazer alteração na Portaria sem que isso seja objeto de resolução do GT. E, portanto, não seria agora que implementaria questões que não foram resolvidas ao longo dos últimos dois anos.

Em relação à reposição da greve, a direção fez uma exposição dos serviços já repostos em todo o Brasil, contendo dados individualizados por servidor, nos quais especifica exposição por horas ou por serviços. Nas contas do INSS, até agora 80% dos 19.273 servidores que estiveram em greve já fizeram reposição e já estão 66,74% homologados. Apresentaram dados mostrando que cerca de 2.139 (dois mil cento e trinta nove) servidores não têm qualquer registro de reposição nos sistemas SISREF (horas) e SRAR (pontos).

A FENASPS questionou novamente o processo de reposição, uma vez que cada gestor interpretou à sua maneira como deveria cumprir os memorandos sobre a reposição. Ainda, conforme consta nos documentos entregues à Direção Geral, centenas de servidores em todo o país que exercem as mais diversas atividades, apesar de terem feitos os serviços em mutirões, não conseguiram lançar no sistema, que não existia até dezembro de 2015.

Argumentou-se também que em grande parte a reposição já foi realizada, bastando verificar que não existe mais demanda reprimida referente à greve. Apesar dos indicadores estarem melhores que os verificados antes do início greve, há servidores, em vários locais de trabalho, que nas contas do INSS, devem repor serviços referentes à paralisação, sem as condições de registro no sistema, uma vez que sua unidade de trabalho já zerou as demandas da greve. Isso comprova que ao optar pela individualização, o INSS criou uma situação que não contempla a realidade por não ter mais serviços acumulados. Contudo, isso precisa de uma solução urgente.

Diante desta situação, requeremos fazer uma aferição destes dados junto a estes servidores para vermos o que aconteceu. Também questionamos o prazo da reposição que não contém no acordo de greve. A Presidente então solicitou que as entidades deveriam pedir por escrito os dados detalhados da exposição e comunicou que sairia documento informando que o prazo inicial para a reposição será de seis meses após a publicação do último memorando, ou seja, 22 de fevereiro a 22 de agosto de 2016. Este prazo pode ainda ser revisto a qualquer tempo pelo gestor.

Como os dados preliminares apontam que muitos servidores fizeram serviços a mais, propusemos que estes serviços sejam computados coletivamente a todos daquela unidade de trabalho e não individualmente. Sobre os casos dos servidores que estão em licenças-médicas e/ou foram transferidos de setor, ficou definido para as entidades repassarem os casos específicos a fim de o INSS resolver.

Sobre as reuniões nos locais de trabalho referentes ao Plano de Ação, a FENAPS questionou as orientações de gestores e inclusive Superintendências que têm extrapolado o acordado no Grupo de Trabalho e na própria **Resolução nº358/PRES/INSS**, de 31 de março de 2016, ao ordenar e orientar que as gerências locais não fechem as APS's para reunião, dentre outros episódios.

A Presidente disse que o impedimento ao fechamento das APS's que existia na Resolução anterior foi retirado na atual, fruto do trabalho de servidores e Entidades no Grupo de Trabalho formado após a greve, e que isso dependia tão somente de estudo e decisão em cada local de trabalho.

Sobre Dia Nacional de Luta realizado no dia 14 de abril, a presidente disse que foi autorizado o lançamento do código de greve, mas foi enfática ao dizer que, como não houve negociação com Ministério do Planejamento, não terá como autorizar a compensação deste dia e, portanto, será descontado.

A Fenasps apresentou questionamento sobre as AADJ's que não foram contempladas com a possibilidade de aderir ao turno estendido, tendo em vista que possuem menos de 10 servidores, e

informou que aproximadamente 22 unidades não estão no REAT porque não se enquadram nos critérios. Diversos Estados têm pleiteado soluções urgentes; somente em SP são 11 unidades. A Presidente do INSS informa que tratará deste tema no grupo que discutirá o Reat.

Sobre o Adicional de Insalubridade, o INSS realizou reunião com Ministério do Planejamento apresentando proposta de alteração da Orientação Normativa (ON) n° 06, encaminhando documento à Secretaria de Gestão de Pessoas, que vai ainda acolher propostas de outros órgãos na mesma situação para fazer alteração na norma de forma a contemplar todos os setores que trabalham em condições insalubres.

A FENASPS apresentou à direção do INSS a informação de que servidores de todo País estão denunciando que preencheram as condições para se aposentarem ou receberem abono de permanência, mas não podem exercer seus direitos em razão do seu registro funcional constar código de greves realizadas desde a década de 1980, inclusive as consultas mais recentes constam o período referente a 2015.

Em relação ao impedimento temporário da progressão funcional em razão do código de greve, a FENASPS solicitou que seja resolvido o mais urgente possível, pois no acordo de greve está assegurado que os servidores não teriam nenhuma punição por exercer seus direitos constitucionais.

O Diretor de Gestão de Pessoas, José Nunes, informou que o Ministério do Planejamento está analisando a criação de um código para constar no SIAPE de forma assegure o direito de greve, sem trazer prejuízos funcionais aos servidores, mas, em diversos casos apresentados anteriormente já foram resolvidos, inclusive sendo concedidos abonos de permanência e progressões funcionais. Contudo, o INSS pressionará o Ministério do Planejamento para uma solução definitiva ao caso.

Por fim, a Fenasps apresentou questionamento sobre a remoção do servidor da área de Serviço Social da APS de Santa Cruz/RJ e os problemas das APS dos Estados do Pará, Paraná, Minas Gerais e Goiás. A presidente do INSS solicitou que sejam encaminhadas por ofício estas questões, das quais não teve ciência e vai tomar as providências posteriormente.

***A instabilidade política do País permeou todas as discussões com a Direção Geral do INSS. Porque esta crise institucional do processo do impedimento da presidente Dilma afetará todos os órgãos da República, trazendo incertezas sobre o futuro de todas as questões referentes ao INSS, seja sobre a gestão e/ou as questões negociadas no Acordo de Greve. Portanto, os servidores devem intensificar suas ações para pressionar os parlamentares para aprovar o Projeto de Lei (PL) 4250/2015. Bem como estar mobilizados para assegurar atendimento das suas reivindicações no próximo governo, independente de quem seja*. A Fenasps já encaminhou emendas ao PL e vai realizar reunião com os membros das comissões permanentes para tramitação do Projeto que cumpre o acordo de greve.**

Brasília, 4 de maio de 2016

DIRETORIA COLEGIADA
FENASPS